

A EDUCAÇÃO FÍSICA ESCOLAR NO CONTEXTO DA INCLUSÃO

Beatriz Pereira dos Santos ¹
Caroline Vieira de Souza Cavalcante ²

INTRODUÇÃO

O homem por muitos anos, passou a tentar entender e explicar as tantas anomalias existentes no mundo que o cerca, através de experimentos, estudos, pesquisas que levam à resultados muitas vezes frustrantes para si próprio, deixando para trás a real importância da necessidade de aprender a viver com o diferente e suas deficiências. A cada fase de sua vida vão surgindo dificuldades, ficando cada vez mais difícil sua continuidade, se deparando com grandes problemas, sejam eles emocionais, físicos ou sociais, a questão é que o mundo vem se preparando já algum tempo para incluir as pessoas com deficiência na sociedade, tornando aos poucos um lugar mais acessível e incluso para todos.

Tendo em vista a inclusão escolar nas aulas de Educação Física o objetivo da pesquisa, trará a discussão sobre a falta de profissionais qualificados, despreparados e inexperientes, no atendimento a todos, principalmente na recepção de alunos com deficiência e práticas pedagógicas para condução das aulas de Educação Física.

Contudo, refletindo em uma metodologia empírica que reflète através de outras pesquisas a real situação do aluno com deficiência, o estudo se constitui de forma qualitativa por meio de apontamentos teóricos e indagações, pois a sociedade vem se preparando para que em algum momento todos tenham equidade de acesso tanto para a educação, quanto para as demais ações de convívio social.

Compete por meio de relato trazer a importância das aulas de educação física escolar para as crianças com deficiência, assim como os demais contextos em que ela está inserida, promovendo discussões dialogando com o assunto e trazendo à tona inquietações de muitos profissionais no âmbito educacional, como o trabalho da especificidade das crianças de inclusão permitindo um contexto de valorização, equidade e humanização do outro.

METODOLOGIA

¹ Mestranda do Curso de Educação da Universidade Cidade de São Paulo - SP, biapravc@hotmail.com;

² Mestranda do Curso de Educação da Universidade Cidade de São Paulo - SP, cavalcantecaroline17@gmail.com;

Stake (2011), sugere que o pesquisador reflita sobre a questão do estudo, sem necessariamente definir previamente os métodos de pesquisa. Essa escolha deve ser feita, preferivelmente antes do método. Para o autor, o pesquisador deve procurar aquilo que é comum e encontrar as complexidades da questão para que possa construir um novo olhar e refletir sobre a questão do estudo sem necessariamente definir por meio desses apontamentos a metodologia escolhida para este artigo, faz referência a uma pesquisa qualitativa que parte, da revisão de literatura acerca de autores que contribuem e investigam a temática do estudo em questão, assim a utilização de teóricos que corroboram com o assunto, foi utilizada como menção de uma linha metodológica que favorece aos estudos supracitados.

Bogdan (1994), ressalta que a chave da análise qualitativa, é a interpretação do pesquisador, por isso é importante que este compreenda o contexto do sujeito/objeto em sua subjetividade e pluralidade. Para tanto, os investigadores frequentam com decorrência o local de estudo para que assim possa entender o contexto.

Entretanto as representações assim inseridas no âmbito educacional sobre os estudos da inclusão, tem trazido sobretudo inquietações sobre a sua inserção, pois muito tem a ser feito para que de fato seja para todos, por isso que a subjetividade empírica acaba por fortalecer as reflexões aqui mencionadas.

REFERENCIAL TEÓRICO

A inclusão é algo que vem aos poucos conquistando seu espaço, pois todos fazem parte de uma sociedade que está em processo de transformação constantemente. Segundo Aranha (2001), apud Lopes (2008), tal processo histórico das diferentes deficiências não pode ser negado, tão pouco ignorado, existe a necessidade de conhecê-lo para que seja possível sua diferença.

A partir da inclusão, como tema principal desta pesquisa, podemos verificar o que se passou com a educação especial em termos de inserção nas escolas, objetivando a Educação Física escolar.

No início do século XX, as primeiras escolas começaram a receber crianças com deficiência, mesmo assim a forma de seleção acabava excluindo muitas delas, foi então que estudos realizados na França, desenvolveram testes individuais de inteligência para atender a demanda, sendo muitos grupos atendidos em hospitais caracterizado com problemas mentais.



As classes especiais para deficiência física, começaram a surgir na década de 30 nos Estados Unidos, se estendendo para meados de 1960, onde os fundos federais iniciaram seus investimentos em programas educacionais.

Em 1989, a lei 7.853 foi decretada:

Dispõe sobre o apoio às pessoas portadoras de deficiência, sua integração social, sobre a Coordenadoria Nacional para Integração da Pessoa Portadora de Deficiência - Corde, institui a tutela jurisdicional de interesses coletivos ou difusos dessas pessoas, disciplina a atuação do Ministério Público, define crimes, e dá outras providências (BRASIL, 1989).

Tempo depois, em 1994 a declaração de Salamanca acompanhada por princípios, políticos e práticos voltadas para a áreas das necessidades educativas especiais, apresenta um ganho imenso para todos. Contudo, a sociedade foi se modificando e promovendo ações em diferentes contextos e um deles sofreu a reestruturação no currículo dos cursos de graduação prevendo a atuação do professor de Educação Física, com as pessoas com necessidades especiais.

É com base nas leis que garantem e asseguram o ingresso de todos em escolas públicas, privadas ou especializadas, prevê garantir os direitos de qualquer aluno em receber uma aprendizagem de qualidade, com profissionais comprometidos com o ensino.

Segundo Azevedo e Barros (2004), para garantir a participação do aluno nas aulas de Educação Física, primeiramente é necessário que se faça um estudo minucioso da deficiência da criança e em sequência adaptar as aulas para garantir o desenvolvimento do indivíduo de forma integral, de acordo com suas limitações e possibilidades.

As afirmações que os autores fazem vão além, pois a relação que o educando tem com o meio, com a atividade física e os participantes é de suma importância para garantir a aprendizagem naquele momento da aula, pois o contato com as outras crianças no movimento que vai acontecendo consegue suprir algumas demandas que a própria criança têm perante sua condição.

De acordo com Montoan (2003), a inclusão funciona como uma inovação que implica em grandes esforços de modernização na maioria das escolas, ou seja, as dificuldades não são apenas encontradas nas escolas ou nos alunos e sim na forma como o ensino é ministrado, de como a aprendizagem é concebida e avaliada por todos, obtendo assim uma educação, mais humana e democrática.

No meio escolar, as situações propostas deverão ter uma integração, sempre objetivando algo em benefício do todo, o que pode ser visto em muitas escolas é um longo processo de

inclusão e o “medo” fica claro, pois quando não há um estudo aprofundado sobre a situação, fica incoerente o grande desafio desta inserção.

Nesta trajetória da inclusão, os profissionais precisam estar cientes dos muitos paradigmas a serem quebrados, pois apresenta muitos confrontos, a começar pelo preconceito. Adultos e crianças precisam aprender a viver com as diferenças, pois estão dentro de uma instituição de ensino, onde todos estão ali para aprender, de modo igualitário e garantidos por lei (CAVALCANTE, 2006).

No entanto, variações curriculares também ocorrem e são elementos isolados, acomodam diferentes habilidades das crianças, as modificações podem ser adaptadas simultaneamente, nada impede que o mesmo conteúdo seja inserido pelo professor de sala e pelo professor de Educação Física, assim a assimilação do aluno fica vasta, tendo uma oportunidade maior de aprendizagem.

Para muitos educadores a responsabilidade de organizar e adaptar um currículo chega a ser intimidante, considerada uma tarefa difícil e de extrema importância. A dificuldade pode ser sanada, assim que uma equipe, apresente ideias, trace objetivos, sejam comprometidos, constituída por professores, pais, alunos, diretores, terapeutas, especialistas..., trabalhando de maneira coletiva e nunca individual, o currículo deve estar ao alcance de todos, pois é de suma importância seu conhecimento.

Iniciar a prática da inclusão, o planejamento das atividades precisa possibilitar grandes desafios, para que a criança se esforce ao máximo até atingir os objetivos propostos, considerando suas capacidades e habilidades, priorizando por algumas vezes o individual no processo ensino aprendizagem.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Mediante aos estudos realizados sobre a inclusão na educação física escolar, cabe ressaltar que as pesquisas assim refletidas e discutidas no decorrer do trabalho através dos autores, trouxeram reflexões que enaltece questões pertinentes e significativas quanto a inclusão, haja vista que para sua inserção se faz necessário uma série de condições de acesso e permanência do aluno nas aulas de educação física, uma vez que fica mais evidente sua presença e participação na sociedade, ajudando a reconstruir e construir novos valores já esquecidos e pré-estabelecidos, compreendendo todo um contexto de relações sociais entre todas as pessoas.

O processo de constituição da inclusão em todos os espaços escolares e também da sociedade, uma vez que somos seres humanos pertencentes a um lugar, a uma cultura, a um jeito, tende a ser mais atuantes a cada momento em que passamos, fazendo história, errando e acertando para que mudanças ocorram, seja no currículo escolar, seja na mudança de identidade do professor, seja na conscientização mútua de respeito, enfim ações que possam contribuir para que se rompa definitivamente os preconceitos e se ganhe o equilíbrio em todos os espaços.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao fim deste estudo, após levantamento bibliográfico, espera-se ter contribuído para que os profissionais de Educação Física, reflitam e compreendam o assunto como fator de suma importância para a prática pedagógica, trazendo grandes benefícios não só para os professores, como também para os alunos. Enfatizando em suas aulas, elementos fundamentais de ensino, que possam desenvolver todas as habilidades e competências que uma criança necessita, sendo ela deficiente ou não, trazendo a temática aqui abordada como meio e não fim de uma discussão, que possa contribuir para uma sociedade mais humana.

O desenvolvimento das competências e habilidades da criança pode ser de impacto decisivo na forma como encaram, se relacionam com as pessoas e suas limitações. A alegria é um elemento fundamental para que desfrute da participação de todos, com aplicação de atividades adaptadas ou não, se demonstrando de forma contagiante e assim podendo fazer com que a criança vença sua própria deficiência e suas limitações, com o professor sendo o mediador para que o processo ensino aprendizagem seja integral e construtivo para todos.

Palavras-chave: Educação física, Inclusão, Professor.

REFERÊNCIAS

- AZEVEDO, P. H.; BARROS, J. F. O nível de participação do Estado na gestão do esporte brasileiro como fator de inclusão social de pessoas portadoras de deficiência. Revista Brasileira de Ciência e Movimento, Brasília, v. 12, n. 1, p. 77-84, 2004.
- BRASIL. Lei 7.853, de 24 de outubro de 1989. Dispõe sobre o apoio das pessoas portadoras de deficiência. Portal da legislação – governo federal. 1989. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/17853compilado.htm. Acesso em 10 nov.2020.
- CAVALCANTE, M. A sociedade em busca de mais tolerância. Revista Nova Escola, São Paulo, v. 21, n. 196, p. 00-00, 2006.

LOPES, A. C.; NABEIRO, M. Educação física escolar e o contexto inclusivo: o que pensam os educandos sem deficiência? Revista Motriz, Rio Claro, v. 14, n.4, p. 494-504, 2008.

MANTOAN, M. T. E.; SANTOS, A. R. A. A hora da virada. Revista da Educação Especial, Brasília, v. 1, n. 1, p. 5-12, 2004.

STAKE, Robert E. Capítulo In: STAKE, Robert. Pesquisa qualitativa: estudando como as coisas funcionam. Porto Alegre: Penso, 2011, p. 81-100